



GREEN NEW DEAL – CONFRONTANDO ABORDAGENS

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE)/UFF, Niterói, Brasil

pgmcarvalho@openlink.com.br

Resumo

O objetivo desse texto é fazer uma revisão bibliográfica de textos selecionados com o objetivo de servir de base para um confronto de diferentes visões sobre o que seja um Green New Deal (GND), que é uma nova designação para a chamada transição verde ou transição para uma economia de baixo carbono. Concluímos que o principal ponto em comum das diferentes abordagens é a necessidade de alteração da matriz energética e há muitas divergências sobre os demais componentes de um GND.

Palavras-chave: Green New Deal; transição verde; economia de baixo carbono, transição energética, mudanças climáticas

Abstract

The goal of this text is to carry out a bibliographic review of selected texts with the aim of serving as a basis for a confrontation of different views on what a Green New Deal (GND) is, which is a new designation for the so-called green transition or transition to a low carbon economy. We conclude that the main common point of the different approaches is the need to change the energy matrix and there are many differences about the other components of a GND.

Keywords: Green New Deal, green transition, low carbon economy, energy transition, climate change

JEL Codes: Q56



1. Introdução

O tema do Green New Deal (GND) (“O Grande Acordo Verde”) não é novo¹, mas ganhou grande relevância com a vitória de Biden como presidente dos EUA. GND pode ser visto, numa primeira abordagem, como uma nova designação para a chamada transição verde ou transição para uma economia de baixo carbono pois significa um conjunto de políticas voltadas para o enfrentamento das mudanças climáticas (MC). Mas o que vem a ser exatamente um Green New Deal? Não há uma resposta única a essa pergunta e sim múltiplas, pois essa expressão é entendida de diferentes formas por diferentes autores.

O objetivo desse curto artigo é, de forma preliminar, analisar e confrontar algumas das diferentes visões sobre o GND. Selecionamos sete textos², que consideramos que são os mais presentes nos debates e que têm diferentes referências geográficas (Europa, Reino Unido, EUA e América Latina/Brasil e Brasil), numa tentativa de abordar distintos enfoques. O critério usado na seleção de textos, foi o peso político do trabalho em função de: a) vinculação à uma política já adotada – Comunidade Europeia³ e (em menor medida) EUA (iniciativa de Ocasio-Cortez); b) associação a partidos políticos – Partido Trabalhista inglês (Pettifor e em menor medida o GND Group), Partido Socialista Brasileiro (GND-Brasil) e Partido dos Trabalhadores do Brasil; c) da importância da entidade (Cepal), ou d) da presença do autor no debate político (Chomsky). Mas não há como negar certa dose de arbitrariedade na escolha.

A rigor, os textos não são estritamente comparáveis pois, têm propósitos diferentes.

Por exemplo, o da Europa trata das bases de uma política que está sendo implementada. O texto americano é uma resolução da Câmara dos Deputados, que não foi ainda posta em prática. O artigo sobre América Latina/Brasil é um texto acadêmico com uma proposta das linhas gerais de um ciclo de investimentos voltado para a transição verde, não se apresentando formalmente como uma proposta de GND. Os que se referem exclusivamente ao Brasil, são documentos com associados, em maior ou menor medida, a partidos políticos (Partido dos Trabalhadores e Partido Socialista Brasileiro). Estamos conscientes das limitações que enfrentamos – apenas oito artigos, com propósitos diferentes – mas ponderamos que mesmo assim uma comparação é válida para uma primeira abordagem de um tema ainda pouco estudado no Brasil.

A seguir vamos analisar o New Deal original do presidente Roosevelt, depois mostraremos como a discussão se iniciou, definiremos os elementos básicos de um GND. Prosseguiremos analisando os textos selecionados.

2. O New Deal de Roosevelt como ponto de referência

O New Deal (ND) foi um conjunto de programas e reformas implementados pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt entre 1933 e 1939 com o objetivo de combater a Grande Depressão de 1929. As mudanças na economia, na sociedade e na política foram profundas. Essas reformas criaram raízes na sociedade americana. Não foram revertidas pelos governos conservadores posteriores, e ampliadas pelos governos do partido

¹ Essa expressão foi cunhada pelo jornalista Thomas L. Friedman num artigo para o New York Times em 19/01/2007 chamado “A Warning From the Garden”. Vide <https://www.nytimes.com/2007/01/19/opinion/19friedman.html> acesso em 06/05/2021

² Deixamos de lado, por questão de espaço, artigos importantes, dentre outros: Crocco e Feil (2019) Aronoff

et al. (2021) Marques (2020), e textos de José Eli da Veiga.

³ Por terem menor peso político, não abordaremos as iniciativas de GND da Alemanha, França e Coréia do Sul.



democrata que se seguiram. O New Deal tinha basicamente dois objetivos. Um de curto prazo, colocar a economia novamente na rota do crescimento. O segundo de médio e longo prazos, buscando tornar a economia e a sociedade mais resilientes, de modo a evitar novas recessões e a resistir melhor a elas, caso voltassem a ocorrer (Kennedy 2009). Roosevelt só conseguiu ter sucesso por ter forte apoio popular e no Congresso, em grande medida devido à gravidade da crise (Jenkins 2005).

Trazendo para os dias atuais, podemos fazer um paralelo entre a depressão dos anos 1930 e as ameaças provocadas pelas mudanças climáticas (MC). Para a opinião pública mundial está claro que a crise climática é de certa forma equivalente à crise de 1929 em termos de seu impacto no cotidiano das pessoas? Com certeza não, mesmo porque na crise de 1929 as consequências eram imediatas e visíveis no curto prazo. Já os efeitos das MC não são tão visíveis para a população, quando comparado, por exemplo, ao impacto do desemprego, inflação e violência. Sem forte apoio da população, e, portanto, do Congresso, Roosevelt não poderia ter feito o que fez (Jenkins 2005). Há apoio equivalente para o GND? Provavelmente só em poucos países⁴. Ao se fazer a analogia entre o New Deal e o GND essas questões políticas costumam ser deixadas de lado.

O ND e GND têm muito em comum. Ambas são propostas de retomada do crescimento da economia, de reformas na economia e nas

instituições, têm uma dimensão social e uma preocupação com o curto, médio e longo prazo e são lideradas pelo Estado. A diferença é que a questão ambiental é central no GND e não no ND.

3. O Crescimento verde

Nas discussões sobre o Green New Deal (GND) o ponto de partida costuma ser o Acordo de Paris⁵ fruto da COP⁶ 21 de 2015. Mas essa discussão, no nível da política internacional começou antes. A Conferência da RIO + 20⁷ de 2012 já mencionava o termo “economia verde” – “*We encourage each country to consider the implementation of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication*” (UN 2012 p. 16) – e também “crescimento econômico sustentável”. Não foi por acaso que essas expressões entraram no documento final da conferência. Desde 2009 já se discutia no âmbito da OECD uma estratégia de crescimento verde⁸.

Segundo a OCDE “*Green growth means fostering economic growth and development while ensuring that natural assets continue to provide the resources and environmental services on which our well-being relies*” (OECD 2011 p. 9). *Green growth* (GG) significava crescer sem comprometer a base de recursos e serviços ambientais. Trata-se do chamado “*decoupling*” (descasamento). A economia cresceria, mas o uso de recursos e serviços ambientais, aumentaria numa proporção menor (descasamento relativo) ou decresceria

⁴ O apoio ao um GND é forte nos países nórdicos. Mas não se pode esquecer que a taxa de carbono instituída na França teve forte posição do movimento dos “coletes amarelos”. Na Suíça recentemente um pacote de medidas de um GND foi derrotado em plebiscito.

⁵ Para informações sobre o acordo de Paris vide <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement> e https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf acesso em 28/4/21. Não abordaremos o tema da gravidade do desafio colocado pelas mudanças climáticas, pois esse não é o foco desse texto.

⁶ COP é abreviatura de conferência das partes, evento realizado anualmente para acompanhar a implementação da Convenção das Nações Unidas de Mudanças Climáticas adotada em 1992 no “Rio Earth Summit”

⁷ United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD), conhecida como Rio 2012 ou Rio+20

⁸ “At the OECD Ministerial Council Meeting in June 2009, Ministers acknowledged that green and growth can go hand-in-hand, and asked the OECD to develop a Green Growth Strategy.” (OECD 2011 p.3)



(descasamento absoluto). Há pelo menos dois problemas nessa definição, não menciona explicitamente o descasamento entre a produção e geração de poluição (gases estufa em particular), e também não está presente a dimensão social, que consta do documento da ONU - ex. erradicação da pobreza.

A definição de GG do Banco Mundial, embora mais abrangente do ponto de vista ambiental, também não leva em conta a questão social – “*Green growth can be thought of as economic growth that is environmentally sustainable*” (World Bank 2012 p. 48). Numa definição mais detalhada seria:

“The World Bank’s environmental strategy defines green growth as growth that is efficient, clean, and resilient—efficient in its use of natural resources, clean in that it minimizes pollution and environmental impacts, and resilient in that it accounts for natural hazards and the role of environmental management and natural capital in preventing physical disasters.” (World Bank 2012 p 48)

Das grandes organizações internacionais apenas a UNEP incorpora a dimensão social. “*In its simplest expression, a green economy can be thought of as one which is low carbon, resource efficient and socially inclusive*” (UNEP 2011 p.1). Uma definição mais detalhada seria “*UNEP defines a green economy as one that results in improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities*” (UNEP 2011 p.1).

Para Hickel e Kallis (2019) o descasamento entre produção e poluição, já estaria ocorrendo em algumas regiões, mas seria improvável, que no ritmo atual isso seria suficiente para cumprir o acordo de Paris (IPCC 2018)⁹. Para tal seria necessário um *decoupling* global e não apenas local e que

significasse um descasamento absoluto entre produção e recursos.

4. Green New Deal – elementos básicos

Quando se fala em GND implicitamente está se dizendo que o objetivo são reformas profundas, acompanhadas de forte presença do Estado no processo, como ocorreu na era Roosevelt. O GND tem como principal objetivo enfrentar os desafios colocados pelas mudanças climáticas (MC), num momento em que o baixo dinamismo das economias¹⁰ precisa ser revertido. É um processo de reforma da economia e da sociedade, liderado pelo Estado, que envolve políticas de retomada do crescimento, sociais, de mitigação, que atacam as causas das MC – emissões de gases estufa e sua concentração na atmosfera e também políticas de adaptação, que se voltam para minimizar os danos que são consequências das MC – ex: deslocamento de populações que estão em áreas de risco de inundações. Em resumo seriam cinco os componentes básicos de um GND: crescimento econômico, inclusão social, políticas de mitigação e adaptação e financiamento.

O cerne das medidas de mitigação, que tendem a estar no centro do GND, está na proposta de mudança da matriz energética (transição energética) pois a energia é um insumo transversal a todos os setores econômicos. A matriz energética precisa modificar sua estrutura com diminuição do peso, e, no limite, eliminação dos combustíveis fósseis e, em simultâneo, ganho de espaço as energias renováveis. Medidas de aumento de eficiência, no uso da energia e de insumos de modo geral, são muito importantes, mas não são suficientes. Investimentos nessa área

⁹ Segundo IPCC (2018 p. 4) “Global warming is likely to reach 1.5°C between 2030 and 2052”

¹⁰ No caso atual devido a pandemia, mas essa preocupação houve, em menor medida, quando da crise financeira de 2008.



gerariam empregos e seria uma das bases para a retomada do crescimento¹¹.

Mudanças na matriz energética têm impactos nas cadeias produtivas e no nível e distribuição dos empregos. Portanto, serão necessárias políticas setoriais e sociais para darem conta de estimular determinados setores, gerar crescimento econômico, minimizar as perdas dos segmentos econômicos prejudicados, e aumentar o padrão de vida da população, possibilitando uma transição justa com inclusão social. A ação do Estado é imprescindível, indo além de seu papel de simples coordenador do processo. O padrão de consumo também precisará ser alterado.

No caso do Brasil, em 2021, a mudança de uso da terra e florestas e a agropecuária respondem respectivamente por 49,0% e 25,0% das emissões de gases estufa no país, elementos adicionais “não tradicionais”¹² são de suma importância: políticas para tratar a agropecuária e enfrentar o desmatamento. Portanto, no Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos, enfrentar esses problemas é mais relevante, como medida de mitigação, do que promover a mudança na matriz energética. Outro componente importante é a gestão de recursos hídricos. O Brasil sempre se destacou por ter base energética “limpa” baseada na hidroeletricidade¹³. Porém a crise hídrica atual mostra que esse modelo tem fragilidades, o que está nos levando a utilizar gás natural para produção de energia,

aumentando a geração de gases de efeito estufa¹⁴.

As políticas de adaptação visam, como o próprio nome diz, ajustar a sociedade e o meio ambiente às mudanças advindas das alterações climáticas. No Brasil dentre as ações prioritárias se destacam a gestão de desastres naturais e de recursos hídricos, bem como medidas que objetivem minimizar os impactos negativos do clima sobre as atividades agrícolas.

Para viabilizar todas as mudanças são necessárias fontes de financiamento tanto públicas como privadas, nacionais e internacionais. Esse é o quinto componente do GND. É necessário, para viabilizar a política fiscal ativa com investimentos e gastos públicos em diferentes áreas, realizar uma reforma tributária cuja extensão pode limitar-se a criação de alguns novos impostos (ex: imposto sobre consumo de derivados de petróleo), subsídios (ex: para energia solar e não para derivados do petróleo) e mudanças institucionais (ex: estabelecer pagamentos sobre serviços ambientais) ou ser mais abrangente incluindo, por exemplo, impostos sobre emissões de gases de efeito estufa em todos os setores produtivos, aumentos na taxação sobre lucro, dividendos e riqueza. Para captar recurso no setor privado é necessário o desenvolvimento das finanças verdes¹⁵, e, em especial, dos diferentes tipos de “títulos verdes” que são papeis de renda

¹¹ Chomsky, et alii (2020), por exemplo, ao relacionar as prioridades de um GND, na introdução do livro, destaca as iniciativas de mitigação e não faz menção a medidas de adaptação.

¹² Por exemplo, em relação a Europa. Sobre composição das emissões de gases de efeito estufa no Brasil vide Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) <https://seeg.eco.br> especificamente <https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Infograficos/PORT/2021/SEEG-infografico-Brasil-BR-2021-1-rev.jpg> acesso em 12/01/23

¹³ Segundo o Balanço Energético de 2022 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as fontes renováveis respondem por 44,7% de nossa matriz energética e estão subdivididas em biomassa da cana (16,4%), hidráulica (11,0%), lenha e carvão vegetal (8,7%) e

outros renováveis (8,7%). Deve-se levar em conta, no entanto, que a hidroeletricidade produz poluição. Nos reservatórios há decomposição de matéria orgânica e, portanto, geração de metano.

¹⁴ Vide estatísticas do SEEG disponíveis em <https://plataforma.seeg.eco.br/sectors/energia> acesso em 12/01/23

¹⁵ “Finanças verdes pode ser entendido como o financiamento de investimentos que proporcionem benefícios no contexto mais amplo do desenvolvimento ambientalmente sustentável”. (G20 2016 p. 3). Fazem parte deste mercado, por exemplo, fundos de investimento, fundos imobiliários e títulos de renda fixa (green bonds), como debêntures, que podem, inclusive, estar associadas ao desempenho da empresa na área socioambiental.



fixa que financiam a iniciativas ambientais¹⁶. O GND só pode ser viabilizado se houver recursos para tal, principalmente para o Estado, que é quem vai liderar todo o processo.

Esses são apenas os pontos básicos, pois há vários desdobramentos na área financeira, fiscal, tecnológica, de educação, de comércio exterior, urbanismo, institucional etc. Há ainda a questão do nível de aprofundamento das políticas, ou seja, o grau de mudança que se deseja na sociedade, que pode ir de um capitalismo (muito ou pouco) reformado até a algo como um Estado Estacionário ou Eco-socialismo¹⁷. A atuação ativa do país nos fóruns internacionais da geopolítica internacional do clima, não pode ser esquecido ou negligenciado. O problema das MC é global, o engajamento dos países tem que ser coletivo, com destaque para as grandes economias, ou o fracasso será certo.

5. O GND Europeu

Abordaremos agora a proposta da *European Union* (EU) para o GND - *The European Green Deal*. Tomaremos como base, principalmente, o documento “*Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – The European Green Deal*” de 2019 (EU 2019a)¹⁸

considerado uma importante referência sobre o tema¹⁹.

O GND Europeu se apresenta como uma nova estratégia de desenvolvimento. O objetivo é transformar a EU numa sociedade justa e próspera e eficiente no uso de recursos e competitiva. Como consequência dessa trajetória, ocorrerá o descasamento (*decoupling*) entre crescimento econômico e uso de recursos e não haverá emissões líquidas de gases estufa em 2050. Em 2020 e 2021, respectivamente, foram adicionadas metas complementares, de redução de 55% das emissões de gases estufa, em relação a 1990, até 2030 e de poluição zero no ar, água e solo em 2050²⁰. Um ponto a destacar é que a ênfase, no documento inicial, está mais no uso eficiente do que na mudança do padrão energético, talvez para não criar atritos com países (ex: Polônia) muito dependentes do uso de carvão.

Em documento posterior²¹ essa última questão é melhor esclarecida, ficando claro que a mudança no padrão energético tem papel central na transição, com ênfase nas mudanças dos setores de construção, transporte e indústria e maior uso de energias renováveis – com meta de participação de 32% na oferta de energia em 2030. Seriam necessários pelo menos um trilhão de Euros de investimentos na atual década²². Os recursos viriam de várias fontes: orçamento da EU, Fundo de investimento da EU, bancos de investimento europeus, fontes privadas,

¹⁶ A Bolsa de Valores do brasileira (B3), seguindo orientação da *International Capital Market Association* (ICMA) subdivide os títulos temáticos ESG (Ambiental, Social e de Governança, na sigla em inglês), que são popularmente conhecidos como “títulos verdes” em: Títulos Vinculados à Sustentabilidade; Títulos de Sustentabilidade; Títulos Sociais e Títulos Verdes. Nessa classificação se associa cada tipo de título a um grupo específico de atividades que são financiadas. Para mais detalhes https://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/producao-s-e-servicos-esg/green-bonds/ acesso em 19/10/22.

¹⁷ Vide a respeito Chomsky e Pollin (2020), Pettifor (2019).

¹⁸ https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0002.02/DOC_1&format=PDF acesso em 04/11/22 Vide destaque dado no site da União Europeia. Vale ressaltar que esse foi posteriormente complementado e aprofundado.

¹⁹ Vide referência como *main document* em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/LSU/?uri=CELEX:52019DC0640&print=true> acesso em 23/06/2021

²⁰ EC (2021a)

²¹ EC (2020a)

²² EC (2020b)



empréstimos. Estão previstas também várias mudanças regulatórias como no mercado de vendas de cotas de carbono, nos subsídios etc.

Inicialmente a estratégia de adaptação tinha muito pouco destaque, a ênfase era na política de mitigação. Isso só muda em 2021²³. A questão social, nesse documento base, está claramente num segundo plano, mas é assinalado que haverá uma “transição justa”, com ajuda aos setores e regiões mais afetados negativamente pelo GND.

Em suma, a proposta da EU é bastante abrangente e tem um compromisso forte (com meta) com a descarbonização. Mas note-se, que inicialmente houve pouco destaque para questões sociais e de adaptação e certa dubiedade ao tratar da mudança da matriz energética.

6. Green New Deal Group - A Green New Deal

O *Green New Deal Group* (GNDG) é um grupo de dez de pesquisadores e ativistas ingleses²⁴ que se reuniram a partir de 2007 para discutir assuntos relativos às crises financeiras energética e ambiental. Em 2008 foi publicado pela *New Economics Foundation* o primeiro relatório do grupo, chamado “*A Green New Deal*” (GNDG 2008). Portanto, esse foi um dos primeiros trabalhos sobre o tema, e foi escrito sobre o impacto da crise financeira internacional.

Segundo o GNDG a economia mundial enfrenta, simultaneamente, três crises: financeira, climática e de preços de energia. Para enfrentá-las é proposto um GND que teria

duas vertentes principais: transformações estruturais e grandes investimentos.

“First, it outlines a structural transformation of the regulation of national and international financial systems, and major changes to taxation systems. And, second, it calls for a sustained program to invest in and deploy energy conservation and renewable energies, coupled with effective demand management.” (GNDG 2008 p. 2)

Na área financeira se propõe reduzir a taxa de juros a um nível baixo, desmembrar os grandes grupos bancários e financeiros em corporações menores, que não sejam “grandes demais para quebrar”. Inclui introdução de controles do fluxo de capitais e aumento de sua regulação interna do mercado financeiro. Na área fiscal o objetivo é impedir a evasão de impostos por conta, por exemplo, do uso de paraísos fiscais, além de criar um imposto sobre o carbono²⁵. Esse imposto teria dupla função: propiciar recursos para a transição energética e encarecer os produtos intensivos em carbono, estimulando, via mercado, o investimento em energias renováveis. A indústria de petróleo estaria também sujeita a um imposto sobre lucros extraordinários (GNDG 2008).

Na área ambiental, a principal iniciativa seria a criação de um sistema de energia de baixo carbono muito descentralizado - ‘*every building a power station*’ - e eficiente que contribua para reduzir a demanda dos setores da população com baixa renda. A meta seria cortar as emissões gases estufa em pelo menos 80% até 2050 (GNDG 2008).

O governo coordenaria e supervisionaria um plano nacional de transição energética.

²³ EC (2021b)

²⁴ Em ordem alfabética: Larry Elliott (editor do jornal *The Guardian*); Colin Hines (Co-diretor da *Finance for the Future*); Tony Juniper (ex-diretor do *Friends of the Earth*); Jeremy Leggett (presidente da *Solarcentury and SolarAid*); Caroline Lucas (Deputada do Parlamento Europeu pelo Partido Verde); Richard Murphy (Co-diretor da *Finance for the Future* e diretor da *Tax Research LLP*);

Ann Pettifor (diretora da *Operation Noah*); Charles Secrett (ex-diretor da *Friends of the Earth*); Andrew Simms (diretor da *The New Economics Foundation*).

²⁵ Também se fala em “encarecer as transações de carbono” sem se entrar em maiores detalhes. É, possivelmente, uma alusão à criação de um mercado de “cap and trade” para emissões de gases estufa.



Investimentos privados seriam estimulados pela baixa taxa de juros, pela maior concorrência entre bancos, pela dificuldade de fuga de capitais e por uma regulação mais restrita, que, por exemplo, afastariam os fundos de pensão de ativos de maior risco. Os recursos viriam do imposto de carbono e sobre lucros extraordinários²⁶, incentivos fiscais e inovações financeiras (títulos verdes públicos e privados). Na área social prevê-se a criação de empregos derivados do aumento do investimento, que exigiriam gastos em treinamento, educação e pesquisa e desenvolvimento para serem viabilizados. Haveria também um programa de ajuda às famílias pobres prejudicadas pelo encarecimento da energia (GNDG 2008).

No plano externo é defendido um acordo climático internacional justo e equitativo com metas que garantam que o aumento da temperatura do planeta não supere dois graus C. Inclui também apoio aos países mais pobres por meio de financiamentos e transferência de tecnologias (GNDG 2008).

A proposta do GNDG (2008) é abrangente no que tange a parte econômica das medidas de mitigação relacionadas à produção de energia. As necessárias mudanças no padrão de consumo não são mencionadas. A área de adaptação é deixada de lado, e a social, em especial, a ambiental são pouco desenvolvidas. A questão ambiental se resume à transição energética e a social à formação de mão de obra (“o exército do carbono”) e o auxílio às famílias pobres no que se refere aos custos de energia. Entretanto os custos sociais da mudança do padrão energético vão muito além disso.

Há, no GNDG, pelo menos uma iniciativa politicamente muito delicada, que é o desmembramento dos grandes grupos financeiros. Mas esse item pode ser excluído,

sem comprometer o conjunto da proposta (GNDG 2008).

7. The Case for a Green New Deal

Ann Pettifor foi uma das integrantes do GNDG. Em 2020 lançou o livro *The Case for a Green New Deal* em que desenvolve várias ideias de seu trabalho anterior. O livro traz logo no início uma crítica à perspectiva ambientalista - aos militantes verdes - que seria focado em ações voltadas para o indivíduo (ex: separação do lixo) e para comunidade (ex: coleta seletiva). Para a autora o GND vai além disso pois representa uma mudança sistêmica radical numa escala maior que o New Deal de Roosevelt. (Pettifor 2020).

“The Green New Deal demands major system change: both economic and ecological system change. It demands structural (governmental and inter-governmental) changes, not just behavioral, community or technological change, in our approach to the financialised, globalized economy and ecosystem.” grifo nosso (Pettifor 2020 p.15)

Segundo Pettifor, o crédito seria o principal motor da expansão econômica. A mobilidade do capital e a desregulamentação do crédito no nível internacional estimularia o consumo em excesso e demandaria taxas de juros elevadas. Para combater esse problema seria necessário “trazer o capital offshore de volta para a terra firme e sujeitar o sistema à gestão responsável e regulamentação no nível do estado” (Pettifor 2020 p.27).

Consonante com essa ideia seria preciso enfrentar a hegemonia do dólar, que é a base das finanças globalizadas. Portanto, é importante uma política cambial ativa buscando conter oscilações no mercado e, ainda o estabelecimento de uma moeda internacional que fosse independente do poder

²⁶ Um fundo soberano “Oil Legacy Fund” seria criado com recursos do imposto sobre lucros extraordinários.



soberano de qualquer país e também criar um sistema internacional de compensação para os créditos e débitos dos países. (Pettifor 2020).

Para implementar o GND serão necessários gastos e investimentos do governo em grande medida financiados pela venda de títulos públicos e pelo estabelecimento de imposto sobre carbono, focada nos grandes poluidores. Também contribuiria o aumento da arrecadação propiciado pelo crescimento da economia. No entanto, essas iniciativas estariam fadadas ao fracasso, se uma fuga de capitais levasse o Banco Central a aumentar os juros. O motivo para a fuga de capitais seria a crença equivocada do setor financeiro, que o aumento do gasto público, via endividamento, leva ao aumento da taxa de juros e, portanto, à diminuição do investimento e gastos privados (efeito *crowding out*). Para fazer frente a esse problema é necessária uma política de controle de capitais, intervenção do governo no mercado cambial, e o estabelecimento de um imposto internacional sobre transações financeiras (Pettifor 2020).

O investimento público e intervenção do governo são fundamentais, em especial para ter-se o controle de setores – chave, que são água, energia, habitação e transporte²⁷.

“If, in the interests of the ecosystem, we are to move economies away from fossil fuels, then societies and their governments need to regain control over these key sectors. Public oversight and investment in areas such as water, energy, housing and transport will be vital to manage usage in the interests of the ecosystem and of society as a whole, and to make services

more sustainable and affordable.” Grifo nosso (Pettifor 2020 p. 35).

Para Pettifor 2020 o GND deveria adotar sete princípios: 1) o estado estacionário; 2) necessidades limitadas, e não desejos ilimitados; 3) autossuficiência; 4) economia mista (*mixed-market economy*), combinando economia de mercado e intervenção do governo; 5) economia intensiva em trabalho; 6) coordenação das políticas monetária e fiscal para viabilizar o estado estacionário; 7) abandono das ilusões de um crescimento econômico infinito.

O objetivo econômico final seria alcançar uma economia de estado estacionário, definido como *“an economy with a relatively stable, mildly fluctuating product of population and per capita consumption”* (Pettifor 2020 p. 52). O que significaria não ultrapassar as nove fronteiras planetárias²⁸. Com esse objetivo seriam necessários dois orçamentos: um de carbono e outro de gastos e rendas. Para obtenção de reduções drásticas de emissões de gases estufa poderia ser elaborado um esquema de racionamento do carbono²⁹.

Dos textos aqui analisados, o de Pettifor 2020 é o mais abrangente do ponto de vista macroeconômico. O problema é que suas propostas são de difícil implementação por necessitarem de dois consensos políticos difíceis de serem obtidos. No plano internacional se requer apoio para uma nova moeda internacional que substituísse o dólar e a um imposto internacional sobre transações financeiras. No plano nacional, um estado fortemente intervencionista, com poderes para estatizar empresas, caso fosse necessário.

²⁷ Também se levanta a possibilidade de estatização de parte do sistema financeiro, mais especificamente dos fundos de pensão, para viabilizar o GND

²⁸ As nove fronteiras planetárias seriam: “stratospheric ozone depletion; loss of biosphere integrity (biodiversity loss and extinctions); chemical pollution and the release of novel entities; climate change; ocean acidification; freshwater consumption and the global hydrological cycle; land system change; nitrogen and phosphorus

flows to the biosphere and oceans; atmospheric aerosol loading.” (Pettifor 2020 p. 70). A formulação original do conceito de fronteiras planetárias está em Steffen et al. 2015

²⁹ Esse ponto não é desenvolvido no texto. Possivelmente seria a alocação de cotas, de emissão de gases estufa, por diferentes setores da economia, que seriam decrescentes ao longo do tempo.



O setor privado, e em especial o setor financeiro são vistos como refratários à proposta de um GND³⁰, isso no momento em que esses segmentos estão se mobilizando em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de adoção a práticas socioambientais/ESG. O tema das finanças verdes, como fonte de financiamento do GND, por exemplo, sequer é abordado.

8. Crise Climática e o Green New Deal Global

O livro “Crise Climática e o *Green New Deal* Global” consiste numa extensa entrevista dada por Noan Chomsky e Robert Pollin ao pesquisador C. J. Polychroniou. Diferentemente do texto de Pettifor, não é voltado para um país específico e tem um enfoque global. Segundo Pollin:

“A essência de um *Green New Deal* é implementar um projeto global capaz de atingir essas metas do IPCC e, ao mesmo tempo, ampliar a oferta de oportunidades de trabalho dignas, elevando o padrão de vida da massa de pobres e trabalhadores do mundo” (Chomsky, et alii 2020 p. 102)

As prioridades do GND, segundo Polychroniou, seriam: reduzir as emissões de gases de efeito estufa visando atingir as metas fixadas pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC)³¹; investimentos em eficiência energética e em energia limpa renovável (solar, eólica etc)³²; proteger trabalhadores mais afetados pela transição para a economia verde; crescimento econômico com igualdade e sustentabilidade, com aumento do emprego e do padrão de vida

dos trabalhadores e da população pobre (Chomsky, et alii 2020)

Dos autores aqui analisados, esse é o texto com maior preocupação com quantificação dos valores envolvidos no GND tanto das despesas/investimentos quanto das fontes de recursos/financiamento, nos seus principais componentes. Ao contrário de Pettifor, vêm como inevitável uma aliança com o setor privado para viabilizar o GND. “É pouco realista esperar que os empreendimentos públicos sozinhos possam dar conta de um projeto dessa magnitude e com a velocidade necessária” (Chomsky, et alii 2020 p. 103). O setor privado, por exemplo, ficaria responsável por metade dos investimentos em energia limpa.

O GND precisaria em 2024 – ano inicial do ciclo de investimentos- de 2,6 trilhões de dólares. Esse valor seria gasto em investimentos em energia limpa renovável (2,1 trilhões de dólares e eficiência energética (500 bilhões de dólares)³³. As fontes de financiamento público (1,3 trilhão de dólares) viriam da: receita com a taxa de carbono (160 bilhões de dólares); transferências de recursos dos orçamentos militares (100 bilhões de dólares, representando 6% do total); compras de títulos verdes pelos bancos centrais; transferência de 25% dos subsídios aos combustíveis fósseis (750 bilhões de dólares)³⁴. As fontes de financiamento privado (1,3 trilhão de dólares) viriam de políticas de incentivo a investidores privados: compras governamentais; regulações (ex: teto e taxa de carbono); subsídios a investimentos. (Chomsky, et alii 2020 apêndice)

³⁰ A avaliação de que o setor privado não vá cooperar com o setor público no GND, embora não explícita, fica claro pela leitura do texto. Por exemplo, o segundo capítulo do livro se intitula “Ganhando a luta com o mercado financeiro”.

³¹ Redução de 45% das emissões até 2030 e emissões líquidas nulas em 2050.

³² Os autores não descartam o uso da energia nuclear, mas novas usinas não devem ser construídas.

³³ O total investido é inferior a 2,6 trilhões de dólares, que é o montante financiado. Uma possível explicação é que a diferença iria para gastos sociais.

³⁴ Parte dessas transferências, bem como dos recursos da taxa de carbono, seria transferido para domicílios de baixa renda.



Um ponto de destaque do livro se refere à abordagem feita ao tema teto e taxa de carbono. Essas iniciativas, que são necessárias, teriam impacto distributivo negativo. A solução seria restituir aos domicílios de baixa renda parte do que foi arrecadado por essas ações. Esse livro é também o único que aborda três questões importantes ainda não adequadamente equacionadas: armazenamento da energia solar e eólica; fornecimento de matérias primas para o setor de economia renovável; tecnologias de emissões negativas.

O livro de Chomsky et alii 2020 é o mais abrangente em termos de temas abordados. Além dos mencionados aqui, são abordadas questões relativas à agropecuária, desmatamento, políticas sociais para setores prejudicados pela transição para economia de baixo carbono, energia nuclear etc. É também dos poucos, dentre os abordados nesse artigo, com preocupação de apresentar estimativas de custos e fontes de financiamento. Mas é difícil avaliar se os valores são adequados. Suas propostas são consistentes e mais exequíveis do que as de Pittifor.

9. O Green New Deal (EUA)

O termo Green New Deal tornou-se conhecido quando foi aprovado, em 07/02/2019, uma resolução na Câmara dos Deputados do Congresso dos EUA que “reconhece o dever do Governo Federal de criar um *Green New Deal*”³⁵. Essa iniciativa foi liderada pela deputada Alexandria Ocasio-Cortez (AOC), e pelo Senador de Ed. Markey, ambos do Partido Democrata. AOC acabou se tornando uma expoente da chamada ala esquerda do partido.

Os objetivos do GND seriam:

- 1) *Achieving greenhouse gas and toxic emissions reductions needed to stay under 1.5 degrees Celsius of warming;*
- 2) *Establishing millions of high-wage union jobs and ensuring economic security for all;*
- 3) *Investing in infrastructure and industry;*
- 4) *Securing clean air and water, climate and community resiliency, healthy food, access to nature, and a sustainable environment for all; and*
- 5) *Promoting justice and equality.*

Fonte: USA (2019) H.Res.109 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal. Grifo e enumeração nossa.

Para serem alcançados os objetivos seria necessário um plano de mobilização nacional de dez anos, cujos objetivos e projetos incluiriam:

- 1) *Building smart power grids (i.e., power grids that enable customers to reduce their power use during peak demand periods);*
- 2) *Upgrading all existing buildings and constructing new buildings to achieve maximum energy and water efficiency;*
- 3) *Removing pollution and greenhouse gas emissions from the transportation and agricultural sectors;*
- 4) *Cleaning up existing hazardous waste and abandoned sites;*
- 5) *Ensuring businesspersons are free from unfair competition; and*
- 6) *Providing higher education, high-quality health care, and affordable, safe, and adequate housing to all.*

Fonte: USA (2019) H.Res.109 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal. Grifo e enumeração nosso.

Esse GND tem um compromisso explícito, e como primeiro objetivo, com o Acordo de Paris (“*needed to stay under 1.5 degrees Celsius of*

³⁵ Em função da eleição de Biden, essa proposta de resolução foi reapresentada em 2021, vide

<https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-resolution/332/text> acesso em 3/3/22



warming”) e também um forte vínculo com as áreas ambiental (“*sustainable environment for all*”) e social (“*high-wage union jobs and ensuring economic security for all*”, “*high-quality health care, and affordable, safe, and adequate housing to all.*”). As preocupações sociais e ambientais têm peso equivalentes. Usa-se a oportunidade aberta pela necessidade de enfrentar as MC para promover um grande avanço na direção do estabelecimento de um Estado do Bem-Estar, embora esse termo (*Welfare State*) não apareça na resolução em nenhum momento.

A proposta é bem abrangente incluindo agricultura, indústria, construção, transportes, infraestrutura, conservação de ecossistemas etc. Inclui ações tanto nas áreas de mitigação quanto de adaptação (“*building resiliency against climate change-related disasters*”). Na área energética as metas são ambiciosas, como por exemplo suprir toda demanda de energia por fontes limpas, renováveis e de emissão zero. Inclui ainda espaço para processos de participação social das populações locais.

Não é nosso objetivo nesse artigo também discutir o programa de Biden, mas cabe registrar, que em alguns pontos avançou mais que o GND de AOC. Por exemplo, Biden propõe zerar as emissões líquidas até 2050³⁶ e adoção de soluções tecnologicamente mais avançadas como a captura das emissões de carbono e sua estocagem no subsolo. Biden, inclusive enfrenta uma questão que é polêmica entre ambientalistas e por isso, com frequência fica de fora das discussões de um GND, que é o uso ou não da energia nuclear. Biden é a favor, com qualificações – ex. os reatores devem ser pequenos.

10. O Big Push ambiental

A Cepal também participa desse debate do GND principalmente através dos textos de Camila Gramkow sobre o “*Big Push Ambiental*” (BPA)³⁷. A abordagem de Gramkow é muito relevante para o debate por se tratar de uma perspectiva latino-americana, embora não se apresente explicitamente como uma proposta de GND e sim como uma ideia-força. A autora, também, fez um texto sobre o caso brasileiro – “*O Big Push Ambiental no Brasil – investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável*”³⁸ que discutiremos aqui. O BPA pode ser considerado a proposta da Cepal para GND.

A proposta de Gramkow (2019) é de um ciclo de investimentos que seria “o motor de um ciclo virtuoso de desenvolvimento” que geraria, dentre outros resultados, a redução de emissões de gases de efeito estufa. Note-se que não há nenhum compromisso com emissões líquidas zero ou negativas ou com as metas do acordo de Paris. Apenas se menciona diminuição das emissões.

Um ponto a destacar do texto de Gramkow é a apresentação de problemas (“desafios”) de implementação do BPA. São expostos os de ordem geral – dificuldade de coordenar políticas, o ambiente internacional desfavorável com o crescimento do protecionismo e a dificuldade de abandonar o uso de combustíveis fósseis (“*carbon lock-in*”). No caso específico no Brasil é mencionada a limitação imposta pela regra fiscal do teto de gastos públicos, mas também são abordadas as vantagens que o país tem em função do bom trabalho desenvolvido pela Embrapa e pelo BNDES e da disposição dos empresários em investir em tecnologias verdes. Ainda para o Brasil, a autora propõe um pacote de

³⁶ Para todas as referências ao programa de Biden nesse parágrafo vide <https://joebiden.com/climate-plan/> acesso em 24/06/2021

³⁷ O termo é uma alusão ao conceito de “Big Push” formulado pelo economista Rosenstein-Rodan em 1957.

³⁸ Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44506/1/S1900163_pt.pdf acesso em 24/06/2021



incentivos fiscais e financeiros para investimento em tecnologias de baixo carbono, incluindo um tributo sobre o carbono (Gramkow 2019).

O desmatamento e a pecuária, nossas principais fontes de emissões de gases de efeito estufa, não são mencionados. Medidas de adaptação às MC também ficaram de fora. Há muito otimismo, por exemplo, na facilidade de superação do “*carbon lock-in*” e a Petrobras nem é citada. Por sinal, esse é um dos maiores dilemas de um GND no Brasil, o que fazer com a Petrobras e sua cadeia produtiva dado que o fim da era do petróleo está no horizonte.

O texto de Gramkow (2018) tem uma abordagem original, ao fazer uma ponte entre a discussão do GND com as ideias da Cepal e além disso, destaca, acertadamente, a importância do papel do Estado coordenando os investimentos necessários para a transição para uma economia de baixo carbono³⁹. No entanto, questões importantes foram deixadas de lado medidas de adaptação, combate ao desmatamento, e maior aprofundamento na questão de financiamento.

11. Green New Deal Brasil

Esse trabalho foi uma iniciativa do Deputado Federal Alessandro Molon (Partido Socialista Brasileiro - PSB) que exerceu a coordenação geral e foi apresentado na COP 26. Na equipe⁴⁰ destaca-se a presença na coordenação técnica de Carlos Eduardo Young (UFRJ) pesquisador reconhecido na área⁴¹. São apresentados 30 ações, com metas para 2030, subdivididas em cinco eixos temáticos: Infraestrutura; cidades; uso do solo

e florestas; transição econômica justa e sustentável; mudanças políticas e normativas. O último eixo, por suas características, é o único que não possui metas quantitativas⁴².

São expostos os resultados esperados em termos de geração de postos de trabalho (9,5 milhões por ano) da expansão do valor da produção (R\$1,3 trilhão), arrecadação tributária (R\$121 bilhões por ano) e redução de CO² equivalente por ano no montante de uma giga tonelada. Também são relacionadas, com respectivos valores, doze fontes potenciais de financiamento. Há uma diferença, em bilhões de reais, entre o custo total por ano das ações (R\$509,126), que são detalhadas num anexo, e os recursos anuais potenciais ao seu financiamento (R\$506,18) que seriam cobertos por outras fontes de financiamento não relacionadas e pela iniciativa privada (GND-Brasil 2021).

A proposta abrange todos os cinco componentes do GND. O estudo, no entanto, possui um problema, até agora só foi divulgado o resumo executivo do estudo que é basicamente uma listagem de ações associadas a metas, grupadas em cinco eixos. O texto explicativo é mínimo e a metodologia não é apresentada. Portanto não há como se saber como se chegou nos números dos resultados esperados e das fontes de financiamento, nem o critério que levou a seleção das 30 ações. Num anexo há informações sobre a origem das metas, mas não uma discussão sobre as mesmas. Há também alguns problemas específicos. Mencionaremos três deles. Na estimativa de emprego, só se considera os empregos criados, desconsiderando os empregos perdidos com GND. Nos resultados

³⁹ Na proposta do PT, que será analisada a seguir, na sua página 151, menciona a necessidade de criar com condições para um “Grande Impulso Ambiental”, o que é uma alusão ao artigo de Gramkow. Isso mostra que esse texto está influenciando propostas de políticas públicas.

⁴⁰ Além de Molon, integram a equipe Bernardo Ainbinder (coordenação executiva), Carlos Eduardo Young (coordenação técnica) e os pesquisadores Marcio

Alvarenga Jr, Lucas Almeida da Costa e Carlos Eduardo Young

⁴¹ Vide <https://www.ie.ufrj.br/gema-quem-somos.html> acesso em 24/10/22

⁴² Vide Molon, A., Ainbinder, B., Young, C. E., e Alvarenga Jr, M. 2021.



esperados, nem sempre fica claro se referem à média anual ou ao cumulado no período. No que tange ao financiamento, se pressupõe uma reforma tributária que avance em pontos politicamente delicados como aumento da taxa sobre combustíveis, heranças e lucros e dividendos (GND-Brasil, 2021).

12. O PT e o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil

Pode parecer estranho, incluir nessa discussão um plano partidário, que além do mais não é especificamente uma proposta de GND. Como já dissemos, não basta ter um GND bem formulado, é necessário que haja apoio político expressivo para a proposta, caso contrário, pouco (ou nada) será implementado. Analisar como o tema GND está incluído nas plataformas partidárias é uma forma de avaliar a sustentação política da proposta.

Escolhemos a proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) por dois motivos. O PT é um partido de muito peso na política nacional. Elegeu três vezes o presidente da república nas eleições e esteve no segundo turno das últimas eleições presidenciais. As pesquisas eleitorais ao longo de 2022, colocam o PT como o favorito nas eleições deste ano⁴³.

Outro motivo é que foi o único, dos grandes partidos, que lançou pós-eleições presidenciais um plano para o Brasil. O Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil é

de 21/09/2020 e é uma proposta abrangente, que pode ser considerado uma prévia do programa do PT⁴⁴ para as eleições de 2022, mesmo prevendo que sofrerá inevitáveis modificações porque “apesar de sua amplitude, o Plano que apresentamos não está pronto e acabado” (PT 2022, p. 12)

Já na apresentação do plano há uma menção ao GND

“No campo ambiental, é imprescindível, além de combater a devastação ambiental provocada pelo atual governo, promover um Green New Deal, um novo “pacto verde”, que promova a transição ecológica para uma economia de baixo carbono. Queremos gerar empregos de qualidade e atividades sustentáveis com base em tecnologias limpas. É preciso promover o uso de fontes de energia limpas e renováveis, como a eólica e a solar, sem descuidar, porém, da gestão soberana dos fantásticos recursos hídricos e do pré-sal.” Grifo nosso (PT p. 20)

O GND, portanto, vai valorizar as fontes limpas e renováveis, mas sem descuidar do pré-sal, que é uma contradição. Com a mudança da matriz energética, vão haver setores ganhadores e setores perdedores⁴⁵. Entre esses últimos estão a cadeia produtiva de petróleo e derivados e seus respectivos trabalhadores. Por mais que se possa argumentar que a transição energética gerará um saldo positivo de empregos⁴⁶, vão haver perdas de emprego. PT afirma que é necessária uma “transição justa” visando

⁴³ O candidato do PT- Luiz Inácio Lula da Silva - foi eleito presidente em outubro de 2022, pela Coligação Brasil da Esperança, quando esse texto estava em processo de revisão.

⁴⁴ O programa oficial do PT, que lidera a Coligação Brasil da Esperança, para as eleições de 2022, divulgado em meados de 2022 quando esse artigo estava em revisão, é bem menos detalhado – tem apenas 34 páginas - do que o documento aqui analisado, de 2020 com 215 páginas, e segue suas linhas gerais. No programa mais recente, ao contrário do anterior, não há menção explícita a um *Green New Deal* ou a um Pacto Ecológico. Mas é mencionada a necessidade de uma transição ecológica e energético bem como de “expandir a capacidade de produção de derivados no Brasil, aproveitando-se da

grande riqueza do pré-sal” Vide Coligação Brasil da Esperança

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf p. 22 acesso em 20/10/22

⁴⁵ E consequentemente regiões ganhadoras e regiões perdedoras. É também uma questão delicada. Como ficaria o Estado do Rio de Janeiro sem os royalties do petróleo?

⁴⁶ O cálculo do saldo líquido na geração de empregos no Brasil com a adoção de um GND ainda não foi feito no Brasil. O mais perto que se chegou disso foi no trabalho de Molon, Aimbinder, Young e Alvarenga Jr 2021, que estimou, em termos brutos, a geração de emprego com um GND.



“proteger os empregos existentes e gerar novos empregos através de políticas de qualificação e requalificação dos trabalhadores” (PT 2022 p.131), mas não entra em detalhes de como isso seria feito, nem apresenta números.

O plano destaca que mudanças são necessárias tanto na produção como no consumo – tema que costuma ser relegado – e que novas tecnologias são fundamentais para isso. Há também o compromisso de enfrentar a crise climática, descarbonizar a economia, ampliação das fontes limpas de energia. Mas sempre com a ressalva da importância do petróleo do pré-sal.

“Por isso, propomos um pacto ecológico que assente o desenvolvimento do Brasil em novas formas de produzir e consumir, que gere trabalho e bem-estar coletivo, com base numa reconversão econômica alicerçada em tecnologias ambientalmente adequadas”. (PT p. 41)

“O pacto ecológico que defendemos pressupõe o compromisso ético e político em enfrentar a crise climática e ambiental, descarbonizando o sistema de produção, promovendo novas formas de economia justa e solidária e gerando um novo senso de cuidado e pertencimento à natureza. Nesse contexto, o PT planeja uma nova política energética, com ampliação substantiva do uso de fontes limpas de energia, como a solar e a eólica, cuidando para que o pré-sal e a renda petroleira sejam utilizados para interesses nacionais.” Grifo nosso (PT p. 41)

O plano é bem abrangente, abarcando diversos temas da transição ecológica tais como agricultura de baixo carbono, reciclagem, transportes urbanos, desmatamento etc. Mas não há nenhum compromisso explícito com metas de descarbonização da economia, apenas apoio

ao Acordo de Paris de 2016. O PT quer avançar num GND, mas sem se comprometer ainda com metas e sem deixar totalmente de lado o pré-sal, ou seja, a economia do carbono. Essa cautela é compreensível⁴⁷. A cadeia produtiva do petróleo tem grande peso na economia brasileira. Uma descarbonização muito rápida, que significasse uma drástica redução da produção no setor de petróleo e derivados, teria um custo elevado em termos de emprego, pois dificilmente os demais segmentos econômicos teriam condições de gerar ocupações suficientes para contrabalançar essa perda. Uma questão ainda em aberto é qual é o ritmo adequado para a transição energética do Brasil e quais seriam as políticas sociais compensatórias.

13. Confronto das posições e considerações finais

Veremos agora em que medida os textos aqui analisados contemplam os cinco pontos básicos de um GND - crescimento econômico, inclusão social, políticas de mitigação e adaptação e financiamento. Todos abordam crescimento econômico, inclusão social, e políticas de mitigação. A diferença está em como abordam, mais especificamente a profundidade das mudanças propostas. Na questão social, um extremo está o Green New Deal (EUA) que pretende implantar as bases de um Estado de Bem-Estar (EBE) no país. Num outro extremo está Big Push que só menciona o tema de passagem. Nos demais o assunto é tratado, como criação de emprego, e, exceto GND-Brasil (Mollon et ali. 2021), como investimento em requalificação e políticas compensatórias para compensar os setores desfavorecidos pelas mudanças.

A política de mitigação é entendida quase exclusivamente como transição energética e

⁴⁷ Cautela similar está presente também no Partido Socialismo e Liberdade - PSOL que defende uma transição verde, mas “sem qualquer prejuízo para os

empregos e direitos dos trabalhadores” da Petrobras (PSOL 2020).



não há muitas diferenças entre as abordagens. A exceção são os textos brasileiros onde a questão do desmatamento e da agropecuária têm destaque nesse item. O crescimento econômico é sempre suposto como uma consequência natural das iniciativas tomadas, principalmente do aumento do investimento. Com exceção de Chomsky, et alii 2020, possíveis gargalos produtivos e descompassos de ritmo não são mencionados.

A política de adaptação está ausente do texto de *Big Push* ambiental (Gramkow), do *Green New Deal Group* e do *The Case for a Green New Deal* (Ann Pettifor). O primeiro documento, considerado documento-base, do GND europeu dá pouco destaque ao tema.

O financiamento somente não é mencionado no texto *Green New Deal* (EUA). Mas apenas em GND-Brasil e Crise Climática e o *Green New Deal Global* (Chomsky et alii 2020) se faz um detalhamento do custo do plano e de suas fontes de financiamento com seus respectivos valores. Esses dois textos podem ser considerados os mais completos sobre o tema, mesmo levando em conta as limitações do primeiro.

No que se refere a maior parte dos pontos básicos de um GND não há divergências significativas entre os textos aqui analisados. No entanto, mudanças profundas da economia propostas por Pettifor e *Green New Deal Group* não são consensuais. Esse é o caso de alguns dos sete princípios de um GND de Pettifor: o Estado Estacionário; autossuficiência; necessidades limitadas, e não desejos ilimitados; economia intensiva em trabalho. Outro exemplo é desmembramento dos grandes grupos bancários e financeiros em corporações menores, do *Green New Deal Group*. Os pontos citados não aparecem nos demais textos.

Há discordâncias em questões específicas e de timing na implementação— inflação, desemprego “verde” e gargalo produtivo. O

uso de energia nuclear é mencionado por Chomsky et alii (2020), o que sugere que os demais autores não concordem com seu uso. Outro exemplo é a possibilidade se fixar um teto para emissões de gases de efeito estufa, que aparece somente em Chomsky et alii (2020) e Pettifor (2020).

O tema da “inflação verde”, que é a provocada pelo aumento dos preços dos derivados do petróleo, com o fim dos subsídios e aumento de impostos, não é adequadamente tratada por nenhum dos textos. Os artigos analisados ou não abordam o tema – GND-EUA, GND-Brasil, Gramkow, PT – ou se restringem a mencionar a necessidade de se ter auxílios para minimizar seu impacto sobre a população – demais textos. Um dos problemas mais delicados na transição energética é sua velocidade e *timing*. Se os derivados de petróleo tiverem seus preços aumentados, num momento em que a oferta de energias renováveis tiver gargalos, isso ocasionará uma inflação de custos difícil de se controlar.

O mesmo problema de velocidade e *timing* se aplica ao emprego. Serão inevitáveis demissões nos setores intensivos em gases de efeito estufa. Mas se a demanda por mão de obra dos setores verdes – segmentos beneficiados pelo GND – for insuficiente ou não houver mão de obra qualificada, se terá uma situação de “desemprego verde” de difícil solução. O tema da transição de emprego é abordado na maior parte dos textos, em especial em Chomsky et alii 2020 e EC 2019 A (Comunidade Europeia), mas não a questão do timing da geração de postos de trabalho. O livro de Chomsky et alii (2020) e o documento da Comunidade Europeia (EC 2019a) são os únicos a explorar o tema dos possíveis gargalos produtivos e tecnológicos derivados da transição energética, como, por exemplo, os consequentes da maior demanda por matéria prima (telúrio) necessária para a produção de painéis solares e da maior necessidade de desenvolvimento de tecnologias de emissão negativa.



O debate sobre o GND está apenas começando no Brasil. O fato da transição verde estar no programa do PT, mostra que tema está em pauta no debate político, pelo menos no nível do discurso/intenções⁴⁸, o que é muito positivo. Mas ninguém tem dúvida que, deverá estar centrado na recuperação econômica inclusiva.

Supondo que o governante eleito em 2022 se comprometa, em alguma medida, com uma transição verde, entraremos na etapa de definir mais concretamente o que seria um GND para o Brasil e de enfrentar os primeiros problemas de implementação. Como tudo indica que a fragmentação partidária irá permanecer e Centrão⁴⁹ também, o que não deve facilitar a negociação dessa proposta.

O fato de a maior parte de nossas emissões de gases de efeito estufa virem do desmatamento propicia uma boa margem de manobra. Já conseguimos com sucesso diminuir o desmatamento no passado. Basta haver uma mudança da política pública na área⁵⁰. Com a redução de emissões obtida com isso, ganha-se tempo para fazer a mudança da matriz energética, que é muito mais complicada. Mas há um lado negativo, o “ganhar tempo” porque pode se transformar em “adiar indefinidamente” a efetiva implementação de um GND, ou fazê-lo muito lentamente, aproveitando-se ao máximo, nesse meio tempo, o petróleo do pré-sal. O certo é que temos ainda um longo caminho a percorrer para amadurecer o que se pretende fazer num GND para o Brasil. Pelo menos temos algum

tempo, mas não muito, dado o agravamento da crise climática. Por isso não podemos desperdiçar o pouco tempo que temos.

Agradecimentos

Agradeço as críticas e sugestões de Eloisa Castro, Carmem Feijó, Adriano Sampaio, do revisor desse artigo e aos meus professores do curso sobre O sistema financeiro e a transição verde (UFMG) - Marco Crocco, Anderson Cavalcante, Fernanda Feil e Fernanda Faria – bem como meus colegas nessa disciplina, pelo aprendizado e incentivo. Texto originalmente apresentado no XIV Encontro da ECOECO em 2021.

Referências

Aranoff, K. et al. 2021 *Um Planeta a conquistar* Editora Autonomia Universitária, São Paulo SP.

Chomsky, N., R. Pollin, C. J. Polychroniou 2020 *Crise Climática e o Green New Deal Global* Editora Roça Nova, Rio de Janeiro.

Coligação Brasil da Esperança 2022 *Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil* – disponível em https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf acesso em 20/10/22

Crocco, M A, e F. Feil, 2019 Um ensaio sobre riscos ambientais e estabilidade do sistema financeiro: o caso do Brasil no Pós Pandemia – in Bercovici, Sicsú e Aguiar (org.) *Utopias para*

⁴⁸ Ciro Gomes, vice-presidente do Partido Democrático Trabalhista - PDT, e candidato à presidente em 2022, lançou em 2021 um livro intitulado “Projeto Nacional: o dever da esperança”, pela editora Leya, que sequer menciona GND ou transição verde, e se refere, apenas uma vez e de passagem, ao tema do aquecimento global. O documento final do Congresso Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira -PSDB faz apenas menção à necessidade de se cumprir os compromissos internacionais de redução de gases de efeito estufa e de se fazer uma transição verde (PSDB 2020). O Programa de campanha de Simone Tebet à presidência – apoiada pelos partidos MDB, PSDB, Cidadania e Podemos –

menciona a necessidade de “colocar os princípios da sustentabilidade e da economia verde no centro de todas as políticas públicas, voltadas à descarbonização” Presidente Simone15 2022 p. 22 mas também não fixa metas.

⁴⁹ Grupamento suprapartidário de políticos conservadores e clientelistas, que tem tido muita influência nos últimos governos, por seu peso político.

⁵⁰ Se houvesse um novo governo Bolsonaro, isso seria difícil, a não ser que haja forte pressão internacional e interna.



reconstruir o Brasil, Editora Quartier Latin, São Paulo.

EC 2019a A Communication From the Commission to the European Parliament, The European Council, The Council, The European Economic and Social Committee and The Committee of the Regions The European Green Deal disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1/language-en> acesso em 3/3/22

EC 2019b The European Green Deal Disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1/language-en> acesso em 26/06/2021

EC 2020a A State of the Union: Commission raises climate ambition and proposes 55% cut in emissions by 2030 https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_1599 acesso em 19/1/22

EC 2020b The European Green Deal Investment Plan and Just Transition Mechanism explained https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_24 acesso em 19/1/22

EC 2021a Questions and Answers on Zero Pollution Action Plan –disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_2343 acesso em 20/1/22

EC 2021b Building a Climate-Resilient Future – A New EU Strategy on Adaptation to Climate Change disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/ip_21_663/IP_21_663_EN.pdf acesso em 20/1/22

EPE 2022 *BEN Relatório Síntese 2022 ano base 2021* disponível em https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf acesso em 19/10/22

Friedman, T. 2007 “A Warning From the Garden”. New York Times 19/01/2007 Vide

<https://www.nytimes.com/2007/01/19/opinion/19friedman.html> acesso em 06/05/2021

Gomes, Ciro (2021) *Projeto Nacional: O dever da esperança* 1º ed Editora Leya

Green New Deal Group 2008 *A Green New Deal* Disponível em https://neweconomics.org/uploads/files/8f737ea195fe56db2f_xbm6ihwb1.pdf acesso em 07/07.2021

Gramkow, Camila 2019 *O Big Push ambiental no Brasil – Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável – Perspectivas n° 20/2019- Cepal - Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) São Paulo, Brasil* disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44506/1/S1900163_pt.pdf acesso em 24/06/2021

GND- Brasil 2021 *Green New Deal Brasil* disponível em https://www.gnd-brasil.com/files/ugd/912c86_601753a18e8a47049a1031111a1d5599.pdf acesso em 26/01/22

Green New Deal Group (GNDG) *A Green New Deal* Disponível em https://neweconomics.org/uploads/files/8f737ea195fe56db2f_xbm6ihwb1.pdf acesso em 07/07.2021

G20 2016 *Green Finance Synthesis Report* G20 Green Finance Study Group 5 September 2016 disponível em http://unepinquiry.org/wp-content/uploads/2016/09/Synthesis_Report_Full_EN.pdf acesso em 17/07/2021

Hickel e Kallis 2019 *Is Green Growth Possible?* April 2019 *New Political Economy* 25(7576):1-18, United Kingdom, disponível em https://www.researchgate.net/publication/332500379_Is_Green_Growth_Possible acesso em 29/04/21

IPCC 2018 *Global Warming of 1.5 °C Summary for Policymakers* disponível em https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/022/06/SPM_version_report_LR.pdf acesso em 12/01/23

Jenkins, Lord Roy (2005) *Roosevelt* Editora Nova Fronteira Rio de Janeiro



Kennedy, David (2008) What the New Deal Did, *Political Science Quarterly*, Vol. 124, No. 2 (Summer 2009), pp. 251-268 : disponível em https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?d_o=download&did=144388&kod=JMM074 acesso em 12/01/23

Marques, P. (2020) *As propostas internacionais para um Green New Deal: pautando a transição para uma economia verde no Brasil pós-pandemia* in Notas de Política Econômica 03 Made USP disponível em https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/npe003_pdfv1.pdf acesso em 05/03/2023

Molon, A., Ainbinder, B., Young, C. E., e Alvarenga Jr, M. 2021 *Green New Deal Brasil – 30 ações até 2030 para um desenvolvimento justo e sustentável – Sumário Executivo* disponível em https://www.gnd-brasil.com/files/ugd/912c86_601753a18e8a47049a1031111a1d5599.pdf acesso em 23/10/22

New Economics Foundation 2008 *A Green New Deal* disponível em https://neweconomics.org/uploads/files/8f737ea195fe56db2f_xbm6ihwb1.pdf acesso em 29/04/21

OECD 2011 *Towards Green Growth* disponível em <http://sostenibilidadyprogreso.org/files/entradas/towards-green-growth.pdf> acesso em 28/4/2012

Partido dos Trabalhadores 2020 *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil* disponível em <https://redept.org/uploads/biblioteca/planodereconstrucaoetransformacaodobrasil21set2020-200921100455.pdf> acesso em 27/06/21

Presidente Simone15 (2022) – *Princípios, Diretrizes e Compromissos* disponível em https://static.poder360.com.br/2022/08/diretrizes_simone_tebet.pdf acesso em 32/10/2022

PSDB (2020) *Acima de Tudo* disponível em <https://www.psdb.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Livro-Congresso-PSDB.pdf> acesso em 3/3/22

PSOL (2020) Diante da iminência do colapso ambiental, o Brasil precisa decretar Emergência Climática disponível em <https://psol50.org.br/diante-da-iminencia-do-colapso-ambiental-o-brasil-precisa-decretar-emergencia-climatica/> acesso em 3/3/22

Pettifor, Ann 2020 *The Case for The Green New Deal* publicado pela Verso London UK.

Steffen et al. 2015 *Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet* in *Science* 13 February 2015 vol. 347 issue 6223 disponível em <https://www.science.org/doi/pdf/10.1126/science.1259855> acesso em 19/10/22

UN 2012 – *The Future we want* – Outcome document of the United Nations conference on Sustainable Development Rio de Janeiro, Brazil, 20-22 June 2012 disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E acesso em 28/4/2012

UNEP 2009 *Global green New Deal – Policy Brief* March 2009 disponível em https://www.minambiente.it/sites/default/files/archivio/allegati/rio_20/unep_global_green_new_deal_eng.pdf acesso em 29/04/21

UNEP, 2011, *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers* disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/126GER_synthesis_en.pdf acesso em 29/04/21

USA (2019) H.Res.109 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal disponível em <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-resolution/109> acesso em 3/3/22

World Bank 2012 *Inclusive Green Growth - The Pathway to Sustainable Development* disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6058/9780821395516.pdf> acesso em 28/4/2012